

1 **ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH-SUAÇUÍ**

2 No dia 11 de maio de 2021, às 14h00, de forma telepresencial, por meio da plataforma JITSI
3 MEET, teve início Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí (CBH-
4 Suaçuí). Dando início às atividades, a presidente do comitê, Paloma Galdino, cumprimentou
5 e agradeceu a todos pela presença e requisitou a inserção de um ponto de pauta, ao final da
6 reunião, visando à formação da comissão eleitoral para o mandato 2022-2026, demanda
7 acatada pelos conselheiros. Prosseguindo, realizou a leitura da “Carta de Abertura”, conforme
8 orientado pela Instrução de Serviço do SISEMA, na qual estão contidas informações sobre a
9 plataforma e orientações para o bom andamento dos trabalhos em ambiente virtual. Todos os
10 conselheiros foram devidamente informados de que a reunião estava sendo gravada e
11 transmitida no Youtube para acompanhamento da sociedade. Na sequência, a presidente do
12 CBH-Suaçuí deu as boas-vindas aos novos conselheiros do comitê, considerando as
13 alterações na composição do plenário requeridas por entidades que possuem cadeira no
14 colegiado, nesta ocasião, sendo: SAAE GV, UFVJM e OAB. Prosseguindo, foi feita a
15 verificação de quórum, o qual foi confirmado com a presença de 24 (vinte e quatro)
16 conselheiros com direito a voto. Ato contínuo foi passado aos informes da diretoria.
17 Inicialmente, a Sra. Paloma Galdino falou brevemente sobre os recursos da cobrança que
18 estão contingenciados. Ela informou que foi encaminhado ofício à Secretaria da Fazenda
19 requerendo informações sobre a pendência, considerando que ainda não houve crédito de
20 nenhuma parcela, dada a atipicidade da situação na Bacia do Rio Doce devido ao processo
21 de transição de Entidade Equiparada. Em resposta, o IGAM informou que o pagamento do
22 passivo depende de suplementação orçamentária, não havendo, ainda, previsão para a
23 regularização. A Secretaria da Fazenda, até o momento, não respondeu ao ofício
24 encaminhado pelo CBH. Outro informe feito pela presidente do CBH-Suaçuí foi relativo ao
25 início dos trabalhos da ENGECORPS, empresa contratada pela ANA para proceder à revisão
26 do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce e elaboração da proposta de
27 enquadramento. O contrato junto à empresa foi firmado na última semana de abril, sendo que
28 o início efetivo dos trabalhos se deu na primeira semana de maio. A previsão é que os
29 trabalhos sejam concluídos em um período de 17 (dezesete) meses. Os CBHs participarão
30 ativamente do processo, especialmente os membros da Câmara Técnica do Plano de
31 Recursos Hídricos (CTPLAN), porém a plenária será devidamente informada sobre todas as
32 etapas. Além disso, ela comunicou que o IGAM, a partir de demanda encaminhada pelo CBH-
33 Suaçuí, ministrará, no próximo dia 25 de maio, uma oficina sobre os temas, destinada aos
34 membros da CTPLAN, a fim de capacitar e nivelar os conhecimentos sobre ambos os
35 instrumentos que serão trabalhados (plano e enquadramento). Prosseguindo, foi passada à
36 apreciação acerca do conteúdo da ata da reunião realizadas no dia 30 de março de 2021,

Aprovada na reunião plenária do CBH-Suaçuí, realizada em xx/xx/2021

37 tendo sido dispensada a leitura do documento, o qual foi encaminhado junto à convocatória.
38 Após votação nominal junto aos conselheiros, a ata foi aprovada, com registro de 20 (vinte)
39 votos favoráveis, 05 (cinco) abstenções e nenhum voto contrário. Dando continuidade, foi
40 concedida a palavra à Sra. Luciana Figueiredo, da AGEVAP, para apresentar os informes
41 sobre a elaboração dos projetos de Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) destinados aos
42 municípios contemplados por meio do Edital nº 01/2017. Em sua fala, explicou que 05 (cinco)
43 dentre os beneficiados possuem sede na Bacia do Suaçuí, sendo: Serra Azul de Minas,
44 Peçanha, Franciscópolis, Governador Valadares e Periquito. Ela destacou, ainda, o município
45 de Resplendor, cuja sede está em outra circunscrição hidrográfica, porém integra o plenário
46 do CBH-Suaçuí, pois parte do território está na Bacia. Foi relatada, também, entre os dias 15
47 e 19 de março, a realização das reuniões iniciais com os municípios contemplados, sendo que
48 21 (vinte e um) participaram. Posteriormente, nos dias 25/03 e 05/05, houve reuniões de
49 caráter mais técnico para demais nivelamentos e esclarecimentos necessários, sobretudo
50 acerca da localidade que será contemplada, a fim de evitar sobreposições, bem como para
51 verificar qual será a estratégia de contratação viável. Por fim, ressaltou que o processo está
52 ocorrendo conforme o planejado, sendo que os municípios estão devidamente mobilizados e
53 cientes de todas as etapas que englobam o trabalho e, brevemente, seguindo a
54 hierarquização, serão iniciados os tramites para assinatura dos termos de colaboração técnica
55 junto aos municípios, com anuncia do CBH-Suaçuí e CBH-Doce. A expectativa é que todos
56 sejam contemplados ainda este ano. Após os informes, não havendo questionamentos, foi
57 passado ao item de pauta relativo à Discussão do Processo de Outorga nº 06.620/2021,
58 requerido pela Mineração Maroto LTDA. Iniciando, o responsável técnico pelo
59 empreendimento, Sr. Rogério Moura, fez uma breve apresentação sobre os principais
60 aspectos técnicos do requerimento, relativo à autorização, para a execução de desvio parcial
61 ou total de curso de água na “Fazenda Irmão Silveira”, Córrego Palmital – Distrito de Penha
62 do Norte, no Município de Conselheiro Pena/MG. Prosseguindo, o Sr. Vinicius Valadares, da
63 SUPRAM Leste, falou brevemente sobre o Parecer Técnico elaborado pelo órgão ambiental,
64 por meio do qual foi recomendado o deferimento desta solicitação de Outorga, sem
65 necessidade de condicionantes. Dando continuidade, a Sra. Luciana Figueiredo, da AGEVAP,
66 apresentou o parecer técnico da entidade equiparada, enfatizando que o documento se atém
67 os quesitos previstos na Deliberação Normativa CERH nº 31, de 26 de agosto de 2009, que
68 estabelece critérios e normas gerais para aprovação de outorga de direito de uso de recursos
69 hídricos para empreendimentos de grande porte e com potencial poluidor, pelos comitês de
70 bacias hidrográficas. Nesse sentido, a entidade equiparada, com base na análise dos
71 documentos apresentados, conferência de cálculos e do parecer técnico da URGA Leste
72 recomenda que o CBH Suaçuí defira o pedido solicitado. Ato contínuo foi feita a leitura dos
73 pareceres da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL) e da Câmara Técnica de Outorga

Aprovada na reunião plenária do CBH-Suaçuí, realizada em xx/xx/2021

74 e Cobrança (CTOC), sendo que ambos recomendam ao plenário o deferimento do processo
75 de outorga. Por fim, foi feita a leitura do texto da Deliberação Normativa do CBH-Suaçuí
76 referente à aprovação do Processo de Outorga nº 06.620/2021. Após a leitura, a deliberação
77 foi colocada em regime de votação, feita de forma nominal, por meio da qual o processo de
78 outorga foi aprovado, com o registro de 23 (vinte e três) votos favoráveis e 02 (duas)
79 abstenções. Encerrado o item, foi passado ao próximo ponto da pauta, relativo à apresentação
80 da Instrução de Serviço Sisema nº 03/2020 - Outorga Coletiva. A apresentação foi realizada
81 pelo Sr. Lucas Berbert, do IGAM, que discorreu sobre os procedimentos de outorgas coletivas
82 nas áreas de conflito de água em Minas Gerais. Ele destacou as legislações atinentes ao tema
83 e detalhou como se dá o fluxograma do Processo de Outorga Coletivo, especificando o papel
84 de Comissão Gestora Local – CGL, instância composta por todos os usuários de recursos
85 hídricos superficiais consuntivos, outorgados ou outorgáveis, inseridos na área da respectiva
86 DAC, ou de sua porção, cuja missão será representar os usuários junto ao CBH e ao IGAM,
87 propor o Termo de Alocação de Água e gerenciar a alocação dos usos de recursos hídricos
88 na sua área de abrangência. Explicou, também, sobre a estrutura do termo de alocação de
89 água, que deverá ser analisado pelo IGAM antes de ser aprovado. Após as apresentações e
90 discussões sobre o tema, foi passada à apresentação dos resultados alcançados com o
91 Programa PRO-URGAS, realizada pelo Sr. Wyllian Melo, coordenador da URGA Leste. Em
92 sua fala ele explicou brevemente sobre o programa, com ênfase nos resultados positivos
93 obtidos, que geraram significativa redução nos passivos de outorga existentes, conforme pode
94 ser constatado no relatório de produção, encaminhado a todos os conselheiros junto à
95 convocatória. Sobre o tema, a Sra. Luciane Teixeira, secretária adjunta do CBH-Suaçuí,
96 destacou que participou ativamente da construção do programa, junto ao IGAM e ao MPMG,
97 quando era presidente do CBH-Doce. Ela destacou que, à época, todos os comitês emitiram
98 deliberações normativas concordando com a alocação de recursos para a contratação dos
99 estagiários que atuaram no programa. Além disso, à época, o IBIO, então entidade
100 equiparada, cedeu mobiliário para a estruturação da URGA. Agora, considerando a saída do
101 IBIO e a entrada da AGEVAP, caso haja continuidade do programa o assunto deverá retornar
102 aos comitês, considerando a necessidade de ajuste na documentação. Em complementação,
103 o Sr. André Marques, diretor-presidente da AGEVAP, destacou que houve uma conversa
104 inicial com o IGAM e o MPMG visando à retomada do programa. No entanto, as tratativas
105 estão no início e ainda não houve formalização de novo termo para dar prosseguimento.
106 Finalizadas as explanações sobre o tema, foi passada à discussão sobre o Ofício do SAAE
107 de Guanhães nº 47/2021 e Parecer Técnico sobre os impactos da mineração no
108 abastecimento público de Guanhães. Dando início, a Sra. Luciane Teixeira, secretária adjunta
109 do CBH-Suaçuí explicou que a documentação do SAAE foi encaminhada ao CBH-Suaçuí no
110 dia 19 de abril, relatando a situação do manancial de abastecimento do município, cujos

Aprovada na reunião plenária do CBH-Suaçuí, realizada em xx/xx/2021

111 problemas vem ocorrendo, de forma recorrente, desde 2015. Ela enfatizou que se trata de
112 um tema complexo, sendo que o objetivo, nesta reunião, é conhecer o problema
113 preliminarmente e traçar encaminhamentos, dentro das competências dos comitês, visando
114 compreender as origens dos problemas e buscar alternativas para minimizar os impactos junto
115 aos órgãos ambientais competentes. Dando sequência foi passada a palavra à Sra. Elisa
116 Mesquita, do SAAE de Guanhães. Em sua fala ela trouxe dados que demonstram a criticidade
117 da situação, dada a diminuição da vazão produzida pela Bacia do Ribeirão Graipu. Segundo
118 ela, o problema é tão grave que o município, em 2019, decretou emergência e calamidade
119 pública. A Sra. Elisa relatou que medidas emergenciais vêm sendo tomadas para suprir a
120 demanda de abastecimento, no entanto, não vem sendo suficiente para sanar o problema
121 existente. Nesse sentido, ela destacou a existência de dois empreendimentos minerários na
122 região, fato que traz ainda mais preocupação, pois tais atividades já geraram inúmeros
123 passivos ambientais na região e utilizam volume significativo de água do manancial, sobretudo
124 considerando que um dos empreendimentos está em fase de instalação e o outro voltou a
125 operar recentemente, mediante TAC. Por fim, destacou que o município quer estreitar as
126 articulações junto aos órgãos competentes e ao CBH, visando formas de minimizar os
127 problemas, considerando que não há recursos para nova captação e as demandas de posto
128 não suprem as necessidades. Prosseguindo, o Sr. Guilherme Castro, da OAB, relatou que
129 ainda não se trata de uma situação declarada de conflito e, ao que pode ser observado, as
130 atividades minerárias estão atuando dentro da legalidade. Sendo assim, é necessário
131 compreender de forma mais profunda a questão e a dinâmica dos demais usuários existentes
132 na região, incluindo aqueles de menor porte e verificar como o CBH, no escopo de suas
133 competências legais, poderá colaborar. Em complementação, o Sr. Wylliam Melo, do IGAM,
134 destacou que em breve verificação, de fato, os empreendimentos minerários estão com as
135 outorgas regulares e em consonância com a disponibilidade hídrica, conforme os cálculos.
136 Ele destacou que é preciso uma análise mais aprofundada para identificar e atacar a causa
137 dos problemas, que, provavelmente, não se restringe às mineradoras. Após as falas, foram
138 definidos os seguintes encaminhamentos: o CBH-Suaçuí solicitará ao IGAM uma análise dos
139 usos outorgados, a fim de compreender a disponibilidade hídrica do Ribeirão Graipu, sendo
140 que o material deverá ser remetido ao CBH-Suaçuí em até 30 (trinta) dias. Posteriormente,
141 será realizada uma reunião ampliada da CTOC para analisar os dados consolidados e propor
142 novos encaminhamentos para a questão. Finalizada a discussão sobre a situação de
143 Guanhães foi passado ao ponto de pauta inserido no início da reunião, relativo à composição
144 da Comissão Eleitoral para a recomposição do plenário do CBH-Suaçuí. Foi informado aos
145 conselheiros que a posse dos novos membros será em junho de 2021, porém o processo será
146 iniciado nos próximos meses, a fim de dar ampla publicidade, sobretudo considerado que a
147 maioria das atividades ocorrerá em ambiente virtual. Após as explicações foi passada á

Aprovada na reunião plenária do CBH-Suaçuí, realizada em xx/xx/2021

148 composição da comissão, que possui 01 (um) representante de cada um dos quatro
149 segmentos. Após discussão foram definidos os seguintes conselheiros para compor a
150 comissão: Poder Público Estadual: Wyllian Giovanni de Moura Melo (IGAM), Poder Público
151 Municipal: Luciane Teixeira Martins (ARDOCE); Usuários: Renata Medrado Malthik Benevides
152 (FIEMG) e Sociedade Civil: Guilherme Moraes de Castro (OAB). Sem mais itens em pauta a
153 reunião foi encerrada por volta de 17h00.

154

155

PALOMA GALDINO DA SILVA

156

Presidente do CBH-Suaçuí

157